

OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO POLÍTICA: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA NO PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

ARIEL FELDMAN – Mestrando em História pela UFPR

O objetivo da presente comunicação é discutir de que forma se conformou e ampliação da esfera pública de discussão política no início do Período Regencial (1831-1840) em Pernambuco, atentando para os múltiplos espaços de sociabilidade que desempenharam um papel de alta relevância. Alguns desses espaços, como por exemplo a imprensa periódica, são típicos de uma cultura política moderna, e outros, no entanto, notadamente arcaicos, tal como a paróquia. A base documental que irá embasar tal discussão são os dois primeiros anos de publicação do periódico *O Carapuceiro*, ou seja, 1832 e 1833. Assim, 32 números foram analisados.¹

Usaremos como embasamento as considerações que MOREL faz acerca de três entendimentos distintos, sendo que todos são válidos para a análise aqui proposta, acerca da expressão “espaço público”. Em primeiro lugar trata-se da “cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com Estado.” Trata-se, também, “da esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados”. E, por fim, engloba “os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas.”²

As poucas, mas importantes, análises que tem como tema central a imprensa periódica no Período Regencial, demonstram que a década de 1830 iniciou-se com um nítido aumento no número de periódicos em circulação. 1831, 1832 e 1833 foram os anos nos quais se presenciou o a maior número de títulos de jornais publicados na Corte desde o surgimento da imprensa livre, que se deu logo após a revolução do Porto (1820), até o início do segundo reinado (1840).³ SODRÉ demonstra, por exemplo, que tal fase excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, concedendo apenas aos que se afirmassem como políticos no

sentido mais estrito. Dessa maneira, poucas revistas que tivessem como eixo assuntos econômicos, científicos ou culturais tiveram sucesso, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em grande número, quase sempre promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta. O uso de agressões verbais estava, segundo SODRÉ, intimamente relacionado com a violência política que caracterizou o período.

Notamos que é nítida a ampliação da “esfera pública” de discussão política que se procedeu no Brasil no início das regências.⁴ Mas, segundo BURKE, “poderia ser mais útil e mais iluminador olhar não a simples presença ou ausência de uma esfera pública mas as diferentes formas que uma esfera pública ou semi-pública pode tomar e a relativa importância que pode ter em diferentes culturas ou entre diferentes grupos sociais dentro de uma cultura.” Em um momento de abertura política e de intensa luta pelo poder, como foi o início da década de 1830, o debate público ganhou uma dimensão especial, e há uma enorme diversificação de espaços que podem funcionar como palco para esse debate, sendo a imprensa periódica um dos mais importantes, mas não o único. No dizer de BURKE, “é o que pode ser chamado de esfera pública temporária ou ‘conjuntural’, em outras palavras, um tempo de excitado debate ao qual freqüentemente se seguem eventos incomuns.”⁵ MOREL empreende uma análise dos espaços de discussão política na Corte durante às décadas de 1820 e 1830 e mostra que há também permanências de práticas antigas nos espaços públicos da polis: vozes e gestos interagem com a proliferação de papéis incendiários, sendo que a sala do Teatro, na Corte, aparece como cena de teatralização política. Concluí MOREL que essas manifestações “continham aquilo que não podia ser impresso (ou mesmo falado) dentro dos limites vigentes e, ainda, permitiam envolver setores mais amplos do que o público habitualmente leitor ou redator.”⁶

Ressaltaremos aqui a importância exercida por outros tipos de manifestação política, que transcendem a palavra escrita, no contexto de acirramento do debate político que se

procedeu em Pernambuco no início das regências, mostrando a política vivida no cotidiano, e a interação que houve entre comunicação oral e a escrita num momento de construção da ordem nacional. Passemos, pois, às fontes.

Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama inicia, no Recife, a publicação de *O Carapuço* no dia 7 de abril de 1832, exatamente um ano após a abdicação de D. Pedro I. O autor sugere, no subtítulo de seu periódico, que escreverá apenas acidentalmente sobre assuntos políticos, e que o tema central de seus escritos será a Moral. Assim, vende a idéia de que não pretende adentrar na “arena dos gladiadores periodioqueiros”⁷. Sob disfarce de jornal de crítica de costumes, com uma linguagem coloquial e satírica, *O Carapuço* adquiriu grande aceitação entre o público leitor na década de 1830. Camuflando assuntos políticos sob a égide de periódico apolítico, o Padre Carapuço, como ficou conhecido a partir de então Lopes Gama, teve comprovado sucesso editorial.⁸ A peculiaridade dessa fonte merece um estudo mais verticalizado.⁹

No primeiro número de *O Carapuço*, Lopes Gama satiriza os “faladores”. Com uma linguagem extremamente irônica, vai ridicularizar aquele que, rodeado de senhoras, “salta da moda à política, (...) dá política dá uma dentadinha de escárneo à religião, daí conceitua a respeito de tática militar (...)” Por fim ironiza as mulheres que¹⁰ impressionadas com tal verbosidade dizem: “ ‘que moço é este tão sábio? Meu tudo, grande homem é este.’ E quanto menos o entendem, mais o aplaudem.”¹¹ Mas ao mesmo tempo em que descreve situações genéricas da vida privada, faz críticas veladas aos agitadores políticos que, dentro de sua visão, foram os grandes responsáveis pelos inúmeros motins que se sucederam na capital da província no ano de 1831. Zomba aqueles “faladores” que criticam qualquer lei promulgada pelo governo, mas que quando são argüidos sobre os detalhes da lei, não conseguem explicá-la.

As rebeliões a que faz alusão são aquelas que se sucederam no Recife no ano de 1831 logo após o sete de abril. As causas da setembrizada, revolta que se iniciou nos quartéis e

depois se espalhou pelas ruas da cidade, bem como as da novembrada, levante no qual os amotinados exigiram a exoneração de pessoas com origem portuguesa das altas patentes governativas, são vinculadas, por Lopes Gama, aos espaços onde se procediam discussões políticas. São espaços tipicamente urbanos. No botequim, afirma Lopes Gama, “se discutem, e se decidem irrepreensivelmente as mais intrincadas questões de Direito Natural, e de Direito Público.”¹² Dentro dos botequins, parece que os periódicos também ganham relevância e são discutidos. “Entre goles de cafés (que ordinariamente é um purgante) ou com o ponche em punho” as discussões acaloram-se. Continua relatando que

ali se lavram irrevogáveis sentenças sobre o mérito, ou demérito dos Periódicos, sendo sempre aplaudidos aqueles que dão por paus, e por pedras, e os que dizem que o Povo deve fazer o que muito quizer: e se algum dá a entender em seus escritos que o Governo está comprado por D. Pedro, todos vitoream, e os aplausos não tem mãos a medir. Isso é que é escrever, (exclama um daqueles Padres Conscriptos) o resto é peta, o mais é ser moderado que é o maior vício que pode ter um filho de Eva. (...) Advirtam os meus leitores, que nem quantos vão aos botequins pertencem a esta matula: a carapuça só serve em quem serve.

Assim, *O Carapuceiro* torna-se uma fonte extremamente pertinente para se analisar as diversas facetas da “esfera pública” de discussão política. Nesse momento repleto de motins e sublevações, onde os mecanismos de controle social não se mostravam eficientes¹³, os múltiplos espaços de debate político assumem grande relevância. Periódicos, botequins, Direito Natural, Leis promulgadas pelo governo, copos de café: tudo isso se entrelaçava numa complexa rede de relações sociais. A linguagem escrita assumiu, nessa conjuntura, importância primordial. Mas deve-se atentar para a fluidez com que os vários tipos de comunicação circulavam pela sociedade. O dito e o escrito se inter-relacionavam e por vezes se fundiam. Num momento no qual o grupo que se mostrasse mais forte tinha grandes chances de se alçar ao poder, o debate público ganha novos atores, novos espaços e formatos distintos. Outros espaços de sociabilidade política são descritos por Lopes Gama.

O alfaiate, em vez de estar em sua loja, cortando panos e fazendo roupa, traz a corda os fregueses semanas, e semanas; por que vive talhando Governos, gizando Constituições, e alinhavando rugas: o Sapateiro já não quer saber de couros, e solas; só fala em Gazetas, e não há Governo que não meta nas (palavra ilegível). Pois o Barbeiro, que dá para Publicista! Isso é uma peste; é nossa *Cólera Morbus*. Se o mando chamar para me limpar os queixos, não há Reino, de que não saiba notícias, não há Gabinete, que não traga no estojo, não há novidade com não venha, bem pronta e afiada; e se me há de escanhoar a barba, escanhoa-me a paciência com Políticas, ou (palavra ilegível).¹⁴

São fortes os indícios de que o período de instabilidade nas instituições governativas reverberou por todos os cantos da sociedade, fazendo com que espaços como o botequim e a barbearia tornassem-se palco de debate político. Outros exemplos nos mostram que a houve ainda outros espaços que ocupara papel de relevância nesse debate. Podemos perceber, pela grande preocupação de Lopes Gama com os padres que proferem discursos absolutistas, que a paróquia também foi local de propagação de idéias. Em sendo as aspirações restauradoras um de seus principais alvos de críticas no período em questão, e sabendo que as lideranças ultra-conservadoras se refugiaram no interior da província depois de debelada a Abrilada - levante que se processou no Recife em abril de 1832 - Lopes Gama atacou incisivamente os párocos das vilas do interior da província pela pregação que faziam.

Segundo ele, grande parte da população do interior crê que as instituições liberais vieram para dar fim à Religião Católica. Lopes Gama conta um caso no qual um casal de velhos que morava em uma pequena vila foi abordado por forças legalistas que reprimiam os rebeldes de Panelas, em um levante restaurador que ocorreu na região de mesmo nome em meados de 1833. Os soldados queriam apenas um copo de água. O casal de velhos camponeses, no entanto, quando viu aquele bando de homens armados, “foram arrancando do pescoço os bentinhas e rosários, e com as mãos postas disseram mui sizudamente ao Oficial – Srs. Soldados, não nos matem; por que nós somos tão judeus, como V.ms., e não queremos saber de Deus, nem de Santa Maria.” Após contar esse pequeno caso, O Padre Carapuceiro afirma que o medo “espalhado pelos matos de que os liberais querem destruir a religião” foi incutido na população pelos padres que defendem “As colunas do Trono e do Altar” em pleno sermão. A Guerra dos Cabanos, de discurso restaurador, vai se disseminar pelo sertão e só vai terminar com a morte de Pedro I em 1834. Lopes Gama sugere em um número de *O Carapuceiro* cujo título é “Necessidade de uma propaganda liberal”, algumas medidas para amenizar a repercussão dos discursos absolutistas proferidos pelos Padres de paróquias do interior: 1) criar escolas de primeiras letras em vilas do interior; 2) fundar tipografias por todos os cantos da

província; 3) fazer os párocos ensinarem artigos da constituição e noções de soberania; 4) fazer os párocos demonstrarem que as Escrituras não corroboram com o absolutismo nem tampouco com o despotismo; 5) instituir que os párocos ensinem noções de direito à propriedade e 6) fazer com que os párocos ensinem noções de liberdade civil, a importância da obediência às leis bem como os direitos e deveres do cidadão.¹⁵

As preocupações do Padre Carapuço demonstram que no interior de Pernambuco os espaços de discussão política ainda eram bastante arcaicos, sendo que a paróquia ocupava lugar de destaque. Nota-se que a preocupação de Lopes Gama em instituir tipografias e escolas de primeiras letras pelo “mato” demonstra a pouca influência que a palavra escrita exercia nessas localidades. A outra preocupação de Lopes Gama, ou seja, fazer com que os padres explanem sobre a finalidade das instituições liberais demonstra, por sua vez, que ainda não ocorrera de fato uma ampla diversificação da “esfera pública”, pois se de fato esta estivesse sido processada no interior da Província, esse tipo de inquietação não teria fundamento.

Percebe-se, dessa maneira, que sociabilidades arcaicas e modernas coexistiram dentro de Pernambuco nesse período de intenso debate político. O início das regências, que é de abertura política e de instabilidade social em Pernambuco, foi marcado pelo crescimento em larga escala da imprensa periódica. A linguagem dos jornais era extremamente agressiva, mostrando o reflexo que a violência dos motins poderia ter na palavra escrita. A esse nítido aumento no número de periódicos soma-se uma ampliação dos espaços urbanos de discussão política, e percebe-se como aquilo que era escrito estava intimamente relacionado com o que era falado. No interior da província, por sua vez, os espaços de sociabilidade política arcaicos ainda se mostravam bastante enraizados. A construção da nação terá como pano de fundo essa complexa rede de debate e de manifestação de opinião.

¹ Todos os números de “O Carapuceiro” encontram-se em GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro*. Edição Facsimilar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo : Hucitec, 2005, p. 18.

³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, D&PA, 2003, p. 23.

⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁵ BURKE, Peter. “A esfera pública 40 anos depois”, in *Folha de São Paulo*, 24/03/2002, Caderno Mais!

⁶ MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830”, in *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro : Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7letras, 2002, p. 57.

⁷ *O Carapuceiro*, n. 1.

⁸ Sobre o sucesso editorial de *O Carapuceiro* na década de 1830 ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996, p. 134.

⁹ Essa análise será feita na dissertação de mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa “Espaços e Sociabilidades”, da UFPR, pelo autor do presente texto, com orientação do Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

¹⁰ A respeito da representação feminina nas páginas de *O Carapuceiro* ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996.

¹¹ *O Carapuceiro*, n. 1 (7/abril/1832).

¹² *O Carapuceiro*, n. 2 (14/abril/1832).

¹³ MOSHER, J. “Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835”, In *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000, pp. 47-48.

¹⁴ *O Carapuceiro*, n. 2 (14/abril/1832).

¹⁵ *O Carapuceiro*, n. 40 (16/fevereiro/1833).